



Silenciando e Resistindo em Contexto de Política Ambiental

Gleici Heringer¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal investigar estratégias discursivas de silenciamento e de resistência construídas por agricultores e especialistas ambientais nas situações de comunicação que envolvem o processo de implantação e gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) Macaé de Cima, localizada na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Foram selecionadas duas produções discursivas: uma que materializa a política de silenciamento por parte de autoridade ambiental; outra que constrói a resistência, por parte dos agricultores, a tal política. A investigação dessas construções discursivas se fundamenta nas pesquisas de Análise do Discurso de Eni Orlandi e na Teoria Semiociológica de Análise do Discurso de Patrick Charaudeau.

Palavras-chave: Semiociológica. Análise do Discurso. Estratégias Discursivas. Silenciamento. Resistência.

Abstract: This article aims to investigate some discursive strategies of silencing and resistance produced by farmers and environmental authorities on situations of communication which involve the process of implementation and management of the environment protection area Macaé de Cima (Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima – APA), located in the mountainous region of Rio de Janeiro. Two discursive productions were selected: one that materializes the muting policy by environmental authority; one that builds endurance, by the farmers, such a policy. The investigation of these discursive constructions is based on research Eni Orlandi Discourse Analysis and Theory semiociological Analysis Patrick Charaudeau speech.

Keywords: Semiociological. discourse analysis Discursive strategies. Silencing. Resistance.

Artigo enviado em: 28/03

Artigo aceito em: 15/09

¹ Possui graduação em Letras pela Faculdade de Filosofia Santa Doroteia (1993) e especialização em Literatura e História pela mesma instituição (2008). Possui MBA pela Universidade Federal Fluminense (2013). Mestre em Linguística pela Universidade Federal Fluminense (2016). Atua como docente na Universidade Cândido Mendes, no Colégio Estadual José Martins da Costa e no Colégio Nossa Senhora das Dores. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Linguagens. E-mail: gheringer@prof.educacao.rj.gov.br- Endereço Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2677814357080444>



1. Política ambiental como contexto

Diante da constatação, nos últimos anos, da finitude dos recursos naturais e das consequências da degradação ambiental ao longo da história humana, políticas ambientais foram instituídas em todo o mundo. No Brasil, com a Rio-92, conferência sobre o Meio Ambiente realizada pelas Nações Unidas, consolida-se uma busca internacional pela harmonia entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Para tanto, o homem se vê diante do desafio de mudar parâmetros arraigados, dentre os quais, principalmente, o que prevê a natureza a serviço do homem. Na sequência, foi instituído no Brasil, o primeiro Código Florestal com definições para a criação das Unidades de Conservação (UC), ou seja, os Parques Nacionais. Com o tempo, a legislação foi sendo adaptada a modelos de UCs, umas mais restritivas, outras mais tolerantes quanto à presença do homem e suas atividades.

Foi nesse contexto que, através do decreto estadual de número 29.213, de 14 de setembro de 2001, foi instituída a Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima, a qual abrange toda a região hidrográfica do Alto Macaé, nos municípios de Nova Friburgo e Casimiro de Abreu, na região centro-norte do estado do Rio de Janeiro. Embora o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) coloque como uma de suas normas o diálogo prévio entre os órgãos ambientais e a população local sobre o uso e convívio com os recursos naturais, a população tradicional dos distritos de São Pedro da Serra e Lumiar não teve qualquer participação nesse processo. Logo, a forma como ocorreu a implantação da APA Macaé de Cima, a partir de agora APAMC, contraria o próprio SNUC, o qual prevê que

a categoria APA pretende conciliar a proteção ambiental com o uso sustentável dos recursos naturais e mantém a propriedade privada dos imóveis; para tal, o Estado deve promover um ordenamento territorial, cujo **planejamento e gestão se baseiam em instrumentos democráticos e participativos**, conforme a legislação em vigor propõe. As condições em que ocorre a participação das populações locais nesse processo



envolvem questões relativas às suas práticas de cidadania em defesa daquilo que acreditam ser seus direitos (Rego, 2010 – grifo nosso)².

Ainda que a APA tenha sido decretada no ano de 2001, somente em 2004 a população local tomou conhecimento de que vivia dentro de uma Unidade de Conservação. Tal comunicação foi feita através de placas, contendo as restrições com as quais a partir de então os agricultores teriam que conviver. Assim, começaram a deparar-se com altas multas e ações policiais em punição a práticas da agricultura familiar, passadas de geração em geração, através das quais estavam acostumados a *lavourar*. Tanto a decisão unilateral do decreto governamental, quanto a forma com a qual os agricultores foram informados a respeito da instituição da APAMC constituem formas de silenciamento desses sujeitos que, desde a colonização suíço-alemã da região, conservava técnicas tradicionais de uso da terra que, a partir de então, passam a ser consideradas nocivas ao meio ambiente.

2. Silenciando

Em seus estudos acerca das *formas de silêncio*, a professora Eni Orlandi (2007) defende que o silenciamento está relacionado ao que denomina de “*políticas do silêncio*”. Silêncio aqui não como falta de palavras, mas como negação do direito do interlocutor de manifestar outro discurso, ou seja, de repercutir a respeito do discurso dado.

A dimensão política do silenciamento relaciona-se, de acordo com a autora, ao gerenciamento de atitudes ligadas a ações como “tomar a palavra”, “tirar a palavra”, “obrigar a dizer”, “fazer calar”, “silenciar” (ORLANDI, 2007, p.29). Esse tipo de *política* resulta em uma dupla dimensão observável: aquela ligada ao opressor que preside tais posicionamentos e, por outro lado, à dimensão do oprimido, objeto-alvo da política de silenciamento. A última pressupõe a negação do direito de fala, por meio da qual é possível ao sujeito se posicionar acerca de um fato e, inclusive, acerca do próprio fato de ser

² REGO, Virginia V. B. “Paraisos perdidos ou preservados? Os múltiplos sentidos da cidadania em áreas de proteção ambiental”. Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010.



silenciado. O silenciamento constitui censura que, nas palavras da autora, “é a interdição da inscrição do sujeito formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições.” (*op. cit.* p. 104)

Assim, a partir do momento em que há o impedimento de o sujeito se inscrever em uma determinada formação discursiva, está ocorrendo *censura*, através da qual é usurpada do sujeito a chance de ocupar uma posição na sociedade. Com esse fenômeno, a identidade do sujeito, que é considerada por Orlandi como um “movimento”, é afetada, uma vez que esse sujeito passa a não se identificar com nenhum *lugar do dizer* — lugar de representação social — onde tem o poder de ser autor e responsável por esse dizer. Logo, a censura não é um fato individual, mas sim, um fato discursivo inserido no âmbito das formações discursivas. Portanto, “ela sempre se dá na relação do dizer e do não poder dizer, do dizer de ‘um’ e do dizer do ‘outro’. É sempre em relação a um discurso outro (...) que um sujeito será ou não autorizado a dizer.” (*op. cit.*, p. 104-105)

A professora Orlandi defende, ainda, que o termo *censura* é um fato de linguagem que está relacionado ao uso da palavra, tanto na esfera privada, quanto na pública. Esse uso ocasiona a produção de efeitos de sentido por meio da divisão “entre sentidos permitidos e sentidos proibidos” (*op.cit.*, p. 93). Para a autora, no quadro da Análise do Discurso, o que é relevante é a análise do funcionamento do discurso na produção de sentido, e não um estudo interpretativo do conteúdo desse discurso.

No contexto da implantação da APAMC, analisamos a produção discursiva de tentativa de silenciamento dos agricultores por meio do discurso do Tenente Coronel das Operações Especiais do Batalhão de Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro. Esse discurso é construído no texto que se configura como resposta ao ofício de uma das associações locais, solicitando providências do referido batalhão em relação às ações, consideradas truculentas e abusivas, de seus policiais sobre os agricultores por conta de técnicas tradicionais da lida com a terra, consideradas nocivas ao meio ambiente.



A situação de comunicação na qual o ofício do tenente coronel é escrito faz surgir, nessa construção enunciativa, um sujeito falante que tem o propósito de agir sobre seu interlocutor, impondo-lhe uma posição de inferioridade por meio das diversas desqualificações que constrói a respeito do mesmo, por meio também da construção estratégica de um *ethos* de superioridade correspondente à posição que ocupa no espaço externo da linguagem – a de Tenente Coronel –, além de impor-lhe um comportamento: calar, mediante a ameaça que encerra o ofício: “sujeitando a Sra. Luiza Helena Marçal Dutra a sofrer uma ação sob acusação de calúnia e difamação, não só dos policiais, mas também da própria corporação”.

Relacionando a questão da *materialidade discursiva*, Orlandi cria o termo *língua de espuma*³ para definir “uma língua vazia, prática de um sentido imediato em que os sentidos não ecoam” (ORLANDI, 2007, p. 99). Quando ocorre o uso dessa *forma de língua*, o sujeito interlocutor é privado do direito de repercutir a respeito da mensagem, pois diante dela e da realidade que a mesma faz surgir, outras construções são impedidas. Assim, observa-se, na construção discursiva do Tenente Coronel, uma tentativa de edificar a “língua de espuma” através da qual os sentidos se calam. A enunciação do falante nesse texto traz a clara intenção de impedir a continuidade, a partir desse seu ato de linguagem, das manifestações de questionamento, feitas por seu interlocutor, acerca das ações da corporificação que representa. Dessa forma, por meio da censura, é negado ao sujeito o direito de se inscrever em determinadas formações discursivas e, ao serem proibidas certas produções de sentido, ele é privado de ocupar determinados lugares e posições. Logo, no ato de censurar transparecem sempre e de forma relevante a questão da relação com o Outro e da ideologia.

Para a Análise do Discurso, de acordo com Orlandi, a ideologia está ligada à interpretação que considera as condições específicas da produção discursiva, as quais, por outro lado, dão um ar de sentido único e verdadeiro, relacionados aos sentidos já

³ Expressão criada por Eni Orlandi, numa referência “ao consagrado *Langue-de-bois*” (Orlandi, 2011, p. 98).



estabelecidos e, por isso, considerados *naturais* pela sociedade. Ou seja, essa *naturalidade*, na verdade, é uma fabricação histórica. Ao analisar a questão da diferenciação entre o *lugar do real* e a *representação social* no âmbito do discurso político, o Semiolinguista Patrick Charaudeau também pressupõe essa naturalização fabricada pela história, ao estabelecer uma definição de ideologia como

um modo de articulação entre significação e poder, que tem quatro fundações: uma legitimação, que consiste em racionalizar sua própria legitimidade para justificar-se e significar sua posição de dominação; uma *dissimulação*, uma vez que essa atividade de racionalização acaba por mascarar as relações de dominação; uma *fragmentação*, uma vez que essa dissimulação acarreta a oposição dos grupos entre si; enfim, uma *reificação*, uma vez que essa racionalização tende a naturalizar a história como se ela fosse atemporal. (CHARAUDEAU, 2013, p. 192)

Charaudeau (2013, p.192) considera a noção de ideologia pressuposta por Teun Van Dijk, ao referir-se aos fenômenos das ideologias como “crenças sociais partilhadas pelas coletividades sociais específicas ou grupos” (DIJK apud CHARAUDEAU, 2013, p. 193). Assim, o semiolinguista defende que a noção de ideologia está relacionada à representação social como fenômeno cognitivo-discursivo geral, que produz sistemas de saber diferenciados como *saberes de conhecimentos* e *saberes de crença*.

O discurso se configura como a materialização da ideologia, enquanto que a língua materializa o discurso. Ocorre, assim, uma relação entre língua, discurso e ideologia e “consequentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para sujeitos” (ORLANDI, 2012, p.17).

No texto do Tenente coronel endereçado aos agricultores, estão inscritas as quatro fundações, citadas anteriormente, que constroem, de acordo com Charaudeau, a naturalização de uma ideologia no âmbito das representações sociais, como eventos cognitivo-discursivos: a *legitimação*, construída pela própria posição hierárquica do tenente-coronel que lhe dá o aval para exercer sua dominação sobre o agricultor; a *dissimulação* que mascara e legitima essa sua relação de poder sobre o outro, levando a



uma *fragmentação* ao delimitar a oposição entre os grupos: de um lado as “autoridades”, de outro, os agricultores. Por fim, os processos de legitimação, *dissimulação* e *fragmentação* acabam por promover a *reificação* da política de silenciamento dos agricultores.

No entanto, a professora Orlandi considera que o próprio discurso de silenciamento já pressupõe a reação de resistência do interlocutor e, para Charaudeau, o sujeito mantém relativa autonomia ao ser capaz de questionar essa tentativa de naturalização de posicionamentos ideológicos.

3. Resistindo

Para Charaudeau, estudioso, principalmente, de discursos sociais, com destaque para o pressuposto do *Ato de Linguagem* e os *papéis* dados aos diferentes sujeitos que dele participam: sujeitos psicossociais e languageiros, internos e externos a esse ato, o sujeito é heterogêneo e descentrado, possuidor de relativa autonomia, já que nas diferentes situações de comunicação, um sujeito pode alternar posicionamentos de autonomia, senhor do seu discurso e, em outras, um ser determinado por outras vozes.

Os estudos de Charaudeau pretendem compreender como o ser humano acessa as informações disponíveis, como partilha suas visões de mundo, como produz conhecimento e como interage com seus parceiros nas diferentes situações discursivas. Nesse sentido, o sujeito ganha o estatuto de núcleo da linguagem, sendo “aquele que ‘fala’ a linguagem e é falado por ela” (CHARAUDEAU, 2010, p. 26), num processo de significação do mundo pela linguagem, no interior da qual esse sujeito é constituído.

Para o semiolinguista (2010), esse processo de significação do mundo – o discurso – se dá em um lugar de encenação discursiva que corresponde à expectativa da troca languageira entre parceiros em determinadas circunstâncias que sobredeterminam⁴ parcialmente esse sujeito na medida em que o condicionam, o coagem pelo contrato de

⁴ Em minicurso promovido pela Universidade Federal Fluminense em 08/06/2015, Patrick Charaudeau afirma que o sujeito está sobredeterminado somente em parte, uma vez que ele pode desenvolver estratégias de resistência.



comunicação, de acordo com o qual é conduzido a se comportar dentro do campo discursivo. No entanto, esse sujeito não é visto como totalmente assujeitado por essas circunstâncias. Ele é, ao mesmo tempo, livre para se “individuar”, o que o induz a utilizar-se de estratégias para ratificar tal liberdade.

Logo, esse sujeito é visto pela Semiologia de forma diferente dos primeiros pressupostos da Análise do discurso que o conceitualizam como totalmente assujeitado pela ideologia no interior de uma sociedade dividida entre dominadores e dominados, cabendo, pois, ao sujeito o papel de assumir um desses posicionamentos. Para Charaudeau, o sujeito alterna esses papéis conforme a posição que ocupa no espaço discursivo. Assim, nos estudos de Análise do Discurso de Charaudeau, o sujeito ganha relativa autonomia “como ser pensante, como núcleo do conhecimento, lugar de produção da significação linguageira, para o qual essa significação retorna a fim de constituí-lo. O sujeito é, pois, uma abstração da produção/interpretação da significação, especificada de acordo com os lugares que ele ocupa no ato linguageiro.” (CHARAUDEAU, 2010)

É essa liberdade e autonomia que impulsionam o sujeito-agricultor a construir discursos que constroem seu posicionamento diante da política de silenciamento durante o processo de implantação e gestão da APAMC, em favor das suas técnicas tradicionais de uso da terra diante dos técnicos ambientais e da nova legislação com a qual se depara.

Perante situações nas quais o direito de manifestação é negado, o interlocutor, possui, portanto, a capacidade de resistir a essa imposição, gerando, assim, o “Discurso da Resistência” (Orlandi, 2007. p. 101), como resposta às políticas de silenciamento, que se relacionam à questão da divisão do *dizer e do não dizer*. Por maior que seja a força da censura, o sujeito possui o poder de a ela resistir. Tanto a censura quanto a resistência podem ser objetos de análise no que diz respeito ao processo de produção de sentido. Portanto, a censura mantém a dualidade de instituir-se sobre o *dizível* e, ao mesmo tempo, sobre o discurso de resistência. A política do silêncio é construída a partir da proibição de



se dizer o dizível. Para a professora Orlandi (2007, p. 111), os termos *censura e resistência* aproximam-se, pois coexistem na mesma área de sentidos.

É na materialidade e nos sentidos históricos dos signos produzidos em contextos de políticas de silenciamento que são construídos os discursos de resistência nos quais as palavras ganham outros sentidos. Para Orlandi (2007, p. 131), “o silenciado tem uma materialidade histórica presente nos mecanismos de funcionamento dos discursos e em processos de significação”. Conclui-se, então, que, para a Semiologia, a questão da censura e da resistência é, pois, particularmente interessante enquanto objeto de estudo, uma vez que *forma e sentido*, principais objetos de estudo dessa área da Análise do Discurso, instituem e são instituídos nesse jogo de poder.

4. Instrumentos de resistência

Dentre muitos e variados discursos orais e escritos que materializam, por meio da relação *forma e sentido*, a resistência dos agricultores principalmente em relação às proibições do uso das técnicas tradicionais de cultivo, selecionamos a logomarca da UFT (União das Famílias da Terra), associação instituída no próprio contexto de implantação da APAMC e que materializa, de forma bastante contundente, o posicionamento dos agricultores em favor da anulação do decreto que institui a APAMC. Segue abaixo a logomarca:



Em suas análises sobre os discursos da mídia, Charaudeau afirma que o lugar das restrições é onde “todo discurso se configura em texto, segundo uma certa organização semiodiscursiva feita de combinações de formas, umas pertencentes ao sistema verbal, outras a diferentes sistemas semiológicos: icônico, gráfico, gestual.” (2013b, p. 27) Na logomarca criada pela UFT, o sujeito construtor de sentidos lança mão de elementos visuais que, no contexto estudado, possuem dupla significação. O telhado do desenho da casa é formado por uma enxada e uma cavadeira. A base dessa mesma casa é uma foice. Assim, de acordo com os estudos de Charaudeau, em função de um alvo predeterminado e o efeito que escolheu produzir, o sujeito-emissor da mensagem, aqui iconográfica, imprime, por meio de *estratégias discursivas*, suas intencionalidades e seu entendimento de mundo.

A logomarca em estudo configura-se como um discurso, cujo sentido é fruto da imbricação entre as condições extradiscursivas e as construções intradiscursivas. Portanto, na construção desse texto, como em qualquer discurso, os *dados externos* e os *dados internos* do ato de linguagem determinam as estratégias dos sujeitos da linguagem. O EU comunicante, constituído pelos gestores da UFT, projeta um EU enunciador combatente, com o poder de utilizar os instrumentos que possuem dupla serventia: a da produção de alimentos e, ainda, caso necessário, como instrumentos para fazer valer seu posicionamento frente às atitudes do TU destinatário. Este último, interlocutor ideal construído pelo EU



comunicante, são “os de fora”⁵. Sobre eles, o EU comunicante constrói um imaginário de autoritários e arrogantes. Podemos inferir, ainda, que o EU comunicante, devido ao silenciamento a ele imposto, constrói um discurso que significa a estratégia da ameaça de agressão. Tal ameaça é materializada na logomarca em estudo, por meio das imagens dos instrumentos contundentes como a enxada, a foice e a cavadeira. O Tu interpretante se configura como todos aqueles que estão a favor da implantação da APA e que, nesse processo, desconsideram a voz do agricultor, enxergando-os como incapazes de participar dos espaços de discussão sobre a UC. Em coerência com tal *imaginário sociodiscursivo*, esse destinatário interpreta as ameaças de EU enunciador como coisa de “gente atrasada e incapaz”.

Assim, no contrato de comunicação que envolve a relação entre agricultores e autoridades ambientais, os signos imagéticos que aparecem na logomarca da UFT constroem significações diferentes daquelas que um interlocutor não pertencente a tal contrato faria. No interior da interação entre esses sujeitos, as escolhas das imagens de enxada, foice e cavadeira por parte do sujeito são feitas estrategicamente, objetivando provocar uma possível reação emocional no interlocutor. Essa inferência está de acordo com a noção de *patemização* que, “é, às vezes, utilizada para assinalar as discursivizações que funcionam sobre efeitos emocionais com fins estratégicos.” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 372). A escolha dos referidos signos foi feita de acordo com uma ancoragem com outros atos de linguagem pertencentes às trocas entre esses sujeitos: as ameaças de agressão⁶, durante algumas reuniões, por meio dessas ferramentas que se

⁵ Instalou-se um clima de bastante agressividade entre o grupo autodenominado “Grupo pró-APAMC”, formado pelos “novos moradores” e ambientalistas, que, segundo relatos, acusavam os agricultores locais de atrasados e destruidores do meio ambiente e, por outro lado, os pequenos produtores rurais, que não aceitavam a criação da UC, vista por eles como um ato autoritário. Foi nesse contexto que surgiu, e passou a ser utilizada com muita frequência, entre os agricultores e famílias nascidas na região, a expressão *população tradicional*.

⁶ Durante os encontros, era comum, por parte de alguns membros da UFT, a ameaça de agressão física com enxadas e, principalmente, foices contra aqueles que chegassem às suas propriedades para proibir as tradicionais práticas agrícolas. Assim, objetos que originalmente são destinados às práticas da lavoura,



tornaram ícones na luta pelo direito de voz por parte dos agricultores. A construção de sentidos no texto icônico em análise possui, portanto, a intenção de provocar a emoção de medo no interlocutor.

Podemos, ainda, relacionar essa construção imagética com o processo de referenciação com o martelo e a foice que se configuram como símbolos da ideologia comunista, segundo a qual, de acordo com seus princípios originais, o Socialismo só seria possível por meio da união entre camponeses e operários. Não sabemos se a instância produtora do texto em análise possui tais informações a respeito dos movimentos socialistas/comunistas, mas ele nos permite tal aproximação por meio da leitura dos elementos iconográficos em comum entre os movimentos da União das Famílias da Terra e o Movimento Comunista, além da similaridade entre os contextos de produção dessas representações. Ambas guardam grandes semelhanças, principalmente no que diz respeito à construção de suas marcas por meio de símbolos ligados ao trabalho e à luta. Isso se verifica mais fortemente no que diz respeito aos sujeitos envolvidos nesses dois atos de linguagem: agricultores na luta pelo direito de fazer valer seus posicionamentos e, guardadas as devidas proporções, camponeses participantes da Revolução Russa. Nesse sentido, esses dois grupos de sujeitos pertencem a mesma *formação discursiva*, uma vez que ocupam semelhantes posições sociais. Portanto, martelo, foice e cavadeira materializam o imaginário do ideal de luta identitária. Tais imaginários são, portanto, sustentados por uma *racionalização discursiva*. Segundo Charaudeau, “na construção de objetos emblemáticos que, erigidos como símbolos, ‘objetualizam’ e exibem até a exaltação e, às vezes, até mesmo o fetichismo, os valores identitários aos quais os membros do grupo aderem por assunção mais ou menos voluntária (as bandeiras, as insígnias, os *slogans*, como a **foice** e o **martelo**, a cruz gamada, o ‘*black is beautiful*’ etc.)” (grifo nosso).

Conforme Charaudeau, um sujeito que sofre dominação em alguma situação pode assumir a posição de dominante em outra. Na relação de força estabelecida entre

tornam-se, nesse contexto, *armas* com as quais os agricultores fazem ameaças, que nunca foram concretizadas, a seus opositores.



agricultores e autoridades ambientais, os primeiros lutam por um espaço que a eles foi negado. Portanto, a logomarca da UFT constitui um posicionamento de contrapoder. E isso, segundo Charaudeau⁷

é a salvação da democracia, porque, a partir do momento em que se concebe que ideologia são sistemas de ideias e valores que surgem em todos grupos sociais, vemos como a democracia é uma relação de poder e contrapoder. A democracia não é a dominação de uma maioria, e sim a possibilidade de as minorias se expressarem e defenderem no espaço público seus próprios sistemas ideológicos. (CHARAUDEAU, 2010)

A própria criação da UFT constitui um posicionamento de contrapoder construído e, ao mesmo tempo, revelado nos discursos por ela produzidos. A logomarca foi considerada, até mesmo por grupos e entidades que se posicionavam como defensores dos interesses dos agricultores, como a materialização de um posicionamento, por parte de alguns agricultores, autoritário e manipulador no processo de luta contra a implantação da APA.

O sujeito comunicante, por meio da logomarca analisada, traz para o cenário de conflitos uma imagem de sujeito combatente que resiste à política de silenciamento que permeia a existência da APAMC. A logomarca é o texto que cumpre o papel de simbolizar a União das Famílias da Terra, no entanto, muitos outros textos foram por ela produzidos, sempre com a intencionalidade de refutar a voz opressora e se fazer ouvir. Como dissemos anteriormente, a UFT foi a entidade que se posicionou de forma mais radical em comparação com as outras – sua principal reivindicação é a anulação da APA. Portanto, no próprio processo de resistência por parte da UFT, há uma tentativa de silenciamento de seu interlocutor representado pelas autoridades ambientais.

Ocorre, pois, um *continuum* de posicionamentos construído e revelado discursivamente no processo de implantação e gestão da Unidade de Conservação, que se configura atualmente como uma das mais importantes ações das políticas ambientais para a preservação de áreas que ainda não foram devastadas pelo furor capitalista, representando, assim, a salvação de espécies da fauna e da flora, além da construção de derradeiros meios

⁷ “O sujeito voltou”. Boletim da UFMG, n°. 1697, ano 36. 2010.



para a continuidade da existência de água para a sobrevivência humana e, ainda, de água para gerar energia para o funcionamento de indústrias e estações hidrelétricas. Os posicionamentos de *calar a voz*, sua conseqüente repercussão de *exigir falar* e o resultado dessa atitude de resistência, o *poder falar*, nesse contexto, foram analisados nos atos de linguagem que constroem e revelam tais políticas no processo de interação entre os sujeitos envolvidos e, ainda, o processo interativo entre esses sujeitos e o mundo.

5. Silenciando... resistindo... considerações finais

É possível constatar que os posicionamentos de silenciamento e resistência são construídos tanto por parte das autoridades ambientais quanto por parte dos agricultores, uma vez que a própria resistência pressupõe o silenciamento do sujeito que produziu o discurso precursor do silenciamento. Conforme afirma Charaudeau (2010, p. 82), “quaisquer que sejam a identidade psicossocial e o comportamento efetivo do interlocutor, este é instado, pelo ato de linguagem do locutor, a ter uma determinada reação: responder e/ou reagir (relação de influência)”. Entretanto, nota-se, por meio das análises, que, devido à posição hierárquica na qual se encontram no imaginário social no contexto de implantação e gestão da APAMC, os sujeitos-autoridades-ambientais são responsáveis pelos posicionamentos de silenciamento mais contundentes e decisivos – além do fato de terem produzido o primeiro discurso de silenciamento, que é o próprio decreto de implantação da APA, sem a participação da população tradicional. Como conseqüência, os posicionamentos de resistência partem, em maior número, dos agricultores, cujas estratégias geram, por parte das autoridades ambientais, o reconhecimento de algumas de suas técnicas tradicionais de uso da terra.

Essa concessão de voz aos agricultores é materializada na última versão do Plano de Manejo da APAMC, publicada em junho de 2015, como resultado dos discursos de resistência construídos pelos agricultores com o intuito de se fazerem ouvidos, respeitados



e reconhecidos. Essa conquista, alcançada por meio da construção dos discursos que constroem a resistência ao discurso hegemônico, comprova que Linguagem é ação!

Bibiografia



CHARAUDEAU, P. *Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional*. In> PIETROLUONGO, Márcia (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326, 2009.

_____. *Linguagem e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *O sujeito voltou*. Disponível em <https://www.ufmg.br/boletim/bol1697/6.shtml>. Boletim da UFMG, nº. 1697, ano 36. 2010.

_____. *Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática*. Disponível em <http://www.patrick-charaudeau.com>. Rio de Janeiro, vol. 10, dez. 2011. Acessado em 08/04/2015.

_____. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2013a.

_____. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2013b.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes: 2012.

REGO, Virginia Villas Boas Sá. *Paraísos perdidos ou preservados? Os múltiplos sentidos da cidadania em áreas de proteção ambiental – Tese de Doutora do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 2010*.